



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS

Avenida Vicente Simões, 1.111, Nova Pousa Alegre, POUSO ALEGRE / MG, CEP 37553-465 - Fone: (35) 3449-6150

ETP Nº2/2021/COINFRA/DDI/IFSULDEMINAS

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração, com base na Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 do Ministério da Economia, no Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais legislações correlatas.

A. Histórico de revisões:

Data	Versão	Descrição	Autor
23/08/2021	1	Início da elaboração do ETP	Leandro de Oliveira - SIAPE 1964467
02/09/2021	2	Revisão 01	Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira - SIAPE 2056557

B. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados:

Normativos	Considerações
Lei nº 8.666/93	Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
Instrução Normativa nº 40/2020 do ME	Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.
Lei Complementar nº 123/2006	Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.
Decreto nº 8.538/2015	Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal.
Lei nº 12.305/2010.	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.

Decreto nº 7.746/2012	Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010	Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal.
Lei nº 8.078/1990	Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.
Lei nº 10.520/2002	Institui modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns. <i>* Se for aplicável a modalidade Pregão.</i>
Decreto nº 10.024/2019	Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal. <i>* Se for aplicável a modalidade Pregão na forma eletrônica.</i>
Decreto nº 7.892/2013	Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. <i>*Se for Registro de Preços.</i>
Decreto nº 9.507/2018	Regulamenta a contratação de serviços, inclusive de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização), mediante execução indireta. <i>* Se for contratação de serviços.</i>
Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017	Regulamenta a contratação de serviços, mediante execução indireta, especialmente os de cessão de mão de obra com dedicação exclusiva (terceirização). <i>* Se for contratação de serviços, mediante execução indireta.</i>
Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2014	Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.
Lei nº 12.462/2011.	Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e a legislação da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); cria a Secretaria de Aviação Civil, cargos de Ministro de Estado, cargos em comissão e cargos de Controlador de Tráfego Aéreo; autoriza a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários; altera as Leis nºs 11.182, de 27 de setembro de 2005, 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 8.399, de 7 de janeiro de 1992, 11.526, de 4 de outubro de 2007, 11.458, de 19 de março de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e revoga dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998.

		<i>* Se for aplicável a modalidade RDC.</i>
Decreto nº 7.581/2011		Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011. <i>* Se for aplicável a modalidade RDC.</i>
Lei nº 12.546/2011		Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra); dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciáveis devidas pelas empresas que menciona; altera as Leis nº 11.774, de 17 de setembro de 2008, nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, nº 11.508, de 20 de julho de 2007, nº 7.291, de 19 de dezembro de 1984, nº 11.491, de 20 de junho 2007, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e nº 9.294, de 15 de julho de 1996, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a art. 1º da Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, e o art. 6º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, nos termos que especifica; e dá outras providências. * Se for aplicável.
Decreto nº 7.983/2013		Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências. <i>* Se for realizada licitação de obras ou serviços de engenharia.</i>

1. Informações Básicas e (NUP - Número Único de Processo)

O processo único será iniciado pelo Setor de Licitações do órgão.

2. Necessidade da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Esta obra de construção da Cobertura da Quadra Poliesportiva do Campus Avançado Carmo de Minas, do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, tem como objetivo a finalização da área de recreação dos alunos. Desta forma, o Campus terá melhores condições de oferecer aos alunos a prática saudável de esportes, incentivando assim o convívio social, resultando na melhoria da saúde física e mental dos mesmos.

A educação física praticada pelos alunos é de muita importância para este desenvolvimento saudável, tanto físico como psíquico das pessoas. A falta da prática de esportes, segundo os especialistas, aumentam os riscos de doenças provocadas ,principalmente, pelo sedentarismo.

No entanto, tendo em vista que para tal prática esportiva necessitaremos, prioritariamente, de local coberto, protegendo assim os praticantes de doenças provocadas pela exposição ao sol. Segundo informações fornecidas por diversos Centros Médicos Especializados, muitos casos prejudiciais à saúde tem sido detectados em função da exposição excessiva aos raios solares, inclusive com possíveis suspeitas de casos de câncer de pele, dentre outros.

A cobertura da quadra permitirá também que o espaço possa ser utilizado não somente para propósitos esportivos, mas também para outros tipos de eventos, tais como simpósios, palestras e apresentações em diversas ocasiões que demandem espaço físico para comportar um público maior.

3. Dados para Contratação (Área requisitante):

Área requisitante	Responsável
DG/Campus Avançado Carmo de	Professor João Olympio de Araújo

Minas/IFSULDEMINAS	Neto
DDI/RET/IFSULDEMINAS	Engº Civil Paulo Roberto de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação [Escolha da Solução, com previsão de critérios e práticas de sustentabilidade].

Os serviços que ora serão contratados são soluções comuns da engenharia construtiva e específicos para o objeto a ser contratado, onde não cabe a troca por nenhuma outra tecnologia em sua aplicação. São serviços complementares ao que já está estabelecido, pois na etapa anterior, da construção da quadra, foram preparados os pilares para receberem a estrutura metálica conforme definida em projeto. Estamos também trabalhando e aperfeiçoando os critérios de sustentabilidade e de acessibilidade geral que podemos citar:

- Emprego de tintas à base d'água, livre de compostos orgânicos voláteis;
- Andaimos metálicos que permitam reutilização;
- Adequação de comandos de iluminação e aproveitamento da luz e ventilação naturais;
- Uso de lâmpadas LED de alta eficiência energética com qualidade, durabilidade e eficiência;
- Uso de cabos de alta eficiência elétrica;
- Sistema de reutilização de águas pluviais;
- O objeto desta licitação é cobertura da quadra poliesportiva em estrutura metálica, dos pilares até o fechamento superior e sua cobertura. Este tipo de técnica e insumo construtivo, são considerados 100% recicláveis podendo, esgotada a vida útil da edificação, retornar aos fornos sob forma de sucata e se tornar em novo aço. Este tipo de estrutura utiliza tecnologia limpa, que reduz sensivelmente os impactos ambientais na etapa de construção e, concluída a obra, garante segurança e conforto.

5. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

Para a escolha da solução a contratar foram consideradas contratações similares já realizadas em outras de nossas unidades com materiais e formas construtivas diferentes, tais como o fechamento lateral em alvenaria e estrutura em concreto armado. Para a atual solução escolhida, estrutura metálica para pilares, fechamentos laterais e cobertura, podemos destacar as seguintes:

- Menor poluição do meio ambiente;
- Economia de tempo na sua execução;
- Economia de materiais adjacentes e diminuição dos impactos na obra, ou seja, menor peso da estrutura reduz as fundações e escavações, gerando menor retirada de terra e seu descarte;
- Maximização da iluminação e ventilação naturais com economia de energia;
- Estrutura durável;
- Extremamente flexível;
- Reciclável.

Este objeto de contratação tem os mesmos parâmetros técnicos da construção em que se insere, ou seja, é a continuidade da solução escolhida anteriormente e que atendeu a construção da quadra poliesportiva, tendo sido preparada na contratação anterior para receber o objeto desta contratação pelos motivos acima elencados.

6. Descrição da solução como um todo [Escolha do tipo de Solução] (* Preenchimento Obrigatório):

O projeto desta Quadra Poliesportiva em estrutura metálica foi concebido tendo em mente, além de proteger a edificação, ter função utilitária, função estética e ainda função econômica. Com seu sistema diferenciado, a estrutura metálica é um tipo de estrutura que proporciona muitos benefícios, dentre eles, maior flexibilidade na definição de soluções

estruturais e estéticas, reduz fundações, melhor aproveitamento da área útil e principalmente maior rapidez na sua construção.

E dentro de nossa linha de sustentabilidade, vamos implementar também dentro do objeto desta licitação, a captação, o armazenamento e a reutilização de águas pluviais recolhidas do telhado desta estrutura metálica, através de tubos condutores em PVC ligados às calhas galvanizadas.

Tanto na etapa anterior como na finalização da construção da COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA sempre se objetivou com esta solução, espaço adequado para o incremento do relacionamento professor/aluno, aluno/aluno, comunidade/IFSULDEMINAS, na prática de esportes e, conseqüentemente, na qualidade dos serviços e na aprendizagem escolar, além do relacionamento com a comunidade em que estamos inseridos.

A referida instalação de infraestrutura objeto deste estudo se localiza no endereço atual, Alameda Murilo Rubião, S/Nº – bairro Chacrinha, Carmo de Minas /MG / CEP: 37.472-000.

- Registro de Imóveis, Comarca de Carmo de Minas/MG sob a Matrícula nº 2.566, Livro H-2E, protocolo nº 6.849 de 30/07/1984;
- Ação de Desapropriação proposta pela FUNDAÇÃO NACIONAL DO BEM ESTAR DO MENOR - “FUNABEM” contra José Remuzatdo Rennó e Outros;
- Imóvel rural de antiga denominação como “Chácara da Conceição – Carmo de Minas” e hoje com endereço oficial como “Alameda Murilo Eugênio Rubião, sem nº, bairro Chacrinha – Carmo de Minas/MG, CEP 37.472-000”;
- Uma sorte de terras com área de 10,4867 ha com as benfeitorias nela existentes, cujas linhas divisórias constam das transcrições nº 8.8846 e 8.847, as fls. 2; 9.302 e 9.300, as fls. 117 e 116 do Livro 3-J; 10.935 e 10.936, as fls. 273 e 274 do Livro 3-L, pertencentes a José Remuzatdo Rennó e s/m Olga Fernandes Rennó com área de 1,9410 ha; Yolanda Serva Fernandes (na planta): Maria Yolanda Serva, Tereza Serva, Olga Serva e Vanda Serva, com área de 1,6430 ha; Da. Maria Fernandes com área de 2,6900 ha; José Carlos Ferraz e s/m. com área de 0,30 ha; Myriam Célia Fuchem com área de 0,3350 ha e Eurico Fernandes e s/m. com área de 3,5777 ha;
- Áreas de terreno: $1,9410 + 1,6430 + 2,6900 + 0,3000 + 0,3350 + 3,5777 = 10,4867$ ha (dez vírgula quatro oito meia sete hectares);
- Posteriormente, de acordo com AV. 002 da Matrícula nº 2.566, ex-ofício, na data de 28/12/1999 lavrou-se o TERMO DE TRANSFERÊNCIA e INCORPORAÇÃO AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, Livro nº 11 fls. 05;
- Na data de 29/05/2000 o terreno e benfeitorias passou a pertencer ao PATRIMÔNIO DA UNIÃO;
- Com o Av. 003 da Matrícula 2.566, protocolo nº 28.381 em 03/06/2016 foi realizado CONTRATO DE DOAÇÃO COM ENCARGO entre a SUPERINTENDÊNCIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO – SPU e o IFSULDEMINAS, como Outorgante donatário do imóvel acima denominado Chácara da Conceição, Processo nº 04929.001166/2013-95 – RIP 4281.00001.500-9, datado de 18/12/2015 na SPU em Minas Gerais, publicado no Diário Oficial da União nº 159 de 19/08/2013, tendo a área doada de 10,50 ha e benfeitorias, imóvel este avaliado em R\$ 3.750.000,00 (Três Milhões e Setecentos e Cinquenta Mil Reais);
- **Área total do terreno de 10,4867 ha (dez vírgula quatro oito meia sete hectares);**

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas (* Preenchimento Obrigatório):

Para o objeto desta solicitação, estamos contratando os serviços que possibilitarão a utilização do espaço inteiro da QUADRA POLIESPORTIVA em prol da melhoria da qualidade de vida de nossos discentes. Estes serviços por ora contratados e suas quantidades estão anotadas na planilha geral de referência e devem atender às necessidades já citadas ao longo da vigência do cronograma físico-financeiro para execução da obra. Foram incluídos

nos orçamentos todos os elementos necessários tais como: quantidades, preços unitários de referência, BDI referenciado. Total geral de referência para os serviços que se apresentam abaixo discriminados, quais sejam:

- Serviços Preliminares / Técnicos;
- Movimento de terra;
- Cobertura com estrutura metálica e telhas onduladas galvanizadas;
- Instalações elétricas e SPDA;
- Instalações hidráulicas/pluviais;
- Gerenciamento de obras;
- Projetos “As Built”
- Limpeza final da obra.

8. Estimativas Do Valor da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Para critério de cálculo do custo estimado para esta obra e em obediência ao decreto 7.983, de 08ABR2013, utilizou-se referências em publicações especializadas com preços de serviços e insumos constantes das tabelas SINAPI da Caixa Econômica Federal de julho de 2021 (planilha analítica, sintética e de insumos) e SETOP de abril 2021 (planilha analítica e sintética). Ainda todas as planilhas de acordo com a desoneração fiscal e ainda algumas composições deste Instituto com preços de mercado que acompanham o referido processo

Valor Estimado da Contratação de **R \$ 836.932,65** (Oitocentos e Trinta e Seis Mil, Novecentos e Trinta e Dois Reais e Sessenta e Cinco Centavos).

9. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução (* Preenchimento Obrigatório):

Não se aplica o parcelamento para esta obra, face a particularidade da diversidade de itens e serviços de engenharia objeto deste estudo.

Por tratar-se de execução de obra, não é recomendável o parcelamento da solução além do requerido pela pertinência dos serviços, evitando assim que possíveis futuras responsabilizações não tenham mais de um destinatário, o que, além da polêmica entre as contratadas, ocasionaria evidentes prejuízos à nossa Instituição e ao erário público.

A obra em referência não pode ser tratada como objeto passível de parcelamento, haja vista que cada uma de suas etapas e serviços se inter-relacionam de maneira dependente uns dos outros. Ainda, o parcelamento é economicamente inviável pois poderia acarretar em perda de economia de escala.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não verifica-se contratações correlatas para a viabilidade e contratação desta demanda. Não haverá contratação nem ao menos de serviços técnicos profissionais especializados de arquitetura e engenharia consultivas na elaboração de estudos, projetos, orçamentos, cronogramas de obras, memoriais descritivos, já que estes serão realizados pela equipe técnica da Coordenadoria Geral de Obras e Infraestrutura do IFSULDEMINAS e que também fará a fiscalização, acompanhamento e implementação da obra pelo seu corpo técnico.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento (* Preenchimento Obrigatório):

Esta contratação está prevista no Plano Anual de Contratações Públicas do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (CMG / PGC) do Campus Avançado Carmo de Minas/IFSULDEMINAS, ano 2021 no item **6113**.

12. Resultados Pretendidos (Efetividade e desenvolvimento nacional sustentável):

A demanda da construção da cobertura da quadra poliesportiva do Campus Avançado Carmo de Minas é apresentada pela necessidade de um espaço físico que seja apropriado para a prática pedagógica e esportiva, estabelecendo um ambiente seguro e adequado

para os alunos bem como para toda a comunidade que virá a utilizar o espaço em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

13. Providências anteriores à Contratação:

Na prática não haverá a necessidade de adequação do ambiente, pois trata-se de contratação de serviço comum de engenharia e que já foi prestado em outras ocasiões. Os servidores e alunos já possuem conhecimento na rotina diária a ser estabelecida com as obras em andamento e dos respectivos serviços. Por se tratar de construção nova, o espaço estará disponível para a execução da obra e não causará transtorno substancial aos edifícios vizinhos em suas rotinas escolares, administrativas e demais atividades do Campus. Na questão da fiscalização, gestão contratual e acompanhamento e implementação da obra, não haverá necessidade de capacitação de servidores ou empregados já que estes serviços serão realizados pela equipe técnica da Coordenadoria Geral de Obras e Infraestrutura e pela Coordenadoria Geral de Contratações Públicas do IFSULDEMINAS.

14. Possíveis Impactos Ambientais:

A construção existente e que sofrerá intervenção na sua área interna e externa, no local já estabelecido e definido, não é passível de licenciamento ambiental, uma vez que se trata de área de uso consolidado e suas atividades não estão previstas no Anexo único da Deliberação Normativa nº 74, de 09 de setembro de 2004 do COPAM que: "Estabelece critérios para classificação segundo o porte e potencial poluidor de empreendimentos e atividades modificadoras do meio ambiente passíveis de autorização ambiental de funcionamento ou de licenciamento ambiental no nível estadual. Determina também normas para indenização dos custos de análise de pedidos de autorização ambiental e de licenciamento ambiental e dá outras providências".

O local onde haverá intervenção não se encontra dentro de limites de APP (Área de Preservação Permanente).

O serviço de fornecimento de água ficará a cargo da concessionária municipal (SAE) não sendo necessário outorga para direito de uso de recurso hídrico.

15. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação (* Preenchimento Obrigatório):

Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudo Técnico Preliminar, declaramos que:

(X) É viável a contratação proposta pela unidade requisitante.

() Não é viável a *contratação* proposta pela unidade requisitante.

15.1 Justificativa da viabilidade (* Preenchimento Obrigatório):

A demanda da construção da **COBERTURA DA QUADRA POLIESPORTIVA** do Campus Avançado Carmo de Minas é apresentada devido à necessidade de um espaço físico que seja apropriado para a prática pedagógica e esportiva, estabelecendo um ambiente seguro e adequado para os alunos bem como para toda a comunidade que virá a utilizar o espaço em eventos de ensino, pesquisa e extensão.

A obra de reforma e cobertura da quadra poliesportiva do Campus Avançado Carmo de Minas permitirá a utilização efetiva do espaço, viabilizando um melhor aproveitamento do espaço, podendo ser utilizado em todos os períodos do dia e em diversas condições climáticas. Outro importante fator a ser considerado é a importância da obra para o estado de conservação do bem público, uma vez que a quadra foi recentemente construída, a cobertura irá auxiliar na preservação do piso e pintura reduzindo sua deterioração devido a sua exposição ao sol e chuvas. A cobertura da quadra permite também que o espaço seja utilizado não somente para propósitos esportivos, mas também para eventos, simpósios, palestras, apresentações e diversas ocasiões que demandem espaço físico para comportar um maior público.

Por fim a opção pela escolha da estrutura metálica para a cobertura da quadra em referência tem como parâmetros principais a questão da sustentabilidade, da economia e da rapidez de construção.

16. Responsável pelo Estudo Técnico Preliminar:

Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnico Preliminares:

Pouso Alegre/MG, 02 de setembro de 2021.

Integrante Técnico

Eng.º Civil Paulo Roberto de Oliveira, CREA MG 29.949/D

SIAPE - 2056557

(Documento assinado eletronicamente)

Integrante Requisitante

João Olympio de Araújo Neto

SIAPE - 1639708

(Documento assinado eletronicamente)

17. Do Acesso às Informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar:

Nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, entendemos que:

(X) As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar deverão estar disponíveis para qualquer interessado, pois não se caracterizam como sigilosas.

() As informações contidas no presente Estudo Técnico Preliminar assumem caráter sigiloso, nos termos do art. 23 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e, portanto, deverão ter acesso restrito.

Documento assinado eletronicamente por:

- Paulo Roberto de Oliveira, COORDENADOR GERAL - CD4 - IFSULDEMINAS - COINFRA, em 03/09/2021 10:31:41.
- João Olympio de Araújo Neto, DIRETOR GERAL - CD2 - CDM, em 02/09/2021 18:55:29.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 02/09/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 177176

Código de Autenticação: 5f7eeb49be

